

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Processo nº 23060.002076/2025-27 – Aviso de Contratação Direta 90004/2026)

I – DA NECESSIDADE DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para utilização em fiscalização de obras e serviços de engenharia, conforme especificações constantes no Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta nº 90004/2026.

A demanda decorre da necessidade de garantir condições adequadas de segurança aos servidores que realizam atividades de fiscalização de obras e serviços de engenharia no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, prevenindo riscos ocupacionais e assegurando o cumprimento das normas de segurança do trabalho aplicáveis.

A formalização da necessidade consta nos autos do processo administrativo e atende ao disposto no art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

II – DO FUNDAMENTO LEGAL DA DISPENSA

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para aquisição de bens e contratação de serviços comuns de baixo valor, até o limite legal vigente.

No caso em tela, o valor total estimado para a contratação é de R\$ 12.125,62, enquadrando-se no limite previsto no referido dispositivo legal.

O procedimento será realizado por meio de Dispensa Eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, com divulgação no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

III – DA AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E ANÁLISE DE RISCOS

O art. 18 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a contratação deve ser precedida de planejamento, admitindo-se simplificações em contratações de menor vulto.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

A IN SEGES nº 67/2021 autoriza que, nas dispensas fundamentadas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, a Administração possa dispensar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da matriz de riscos, desde que a demanda esteja devidamente caracterizada no Termo de Referência.

No presente caso, o Termo de Referência contempla a descrição da necessidade, as especificações técnicas dos itens e a estimativa de valor, razão pela qual a ausência formal de ETP e análise de riscos não compromete a regularidade do processo.

IV – DA NÃO UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

O Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, previsto no Decreto nº 5.355/2005, constitui instrumento que pode conferir maior celeridade às contratações de pequeno vulto.

Entretanto, sua utilização não é obrigatória. No caso em exame, a contratação será formalizada por meio de empenho e pagamento via ordem bancária, procedimento regular e aceito pela legislação vigente.

V – DA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP E DA PADRONIZAÇÃO

O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando houver necessidade de contratações frequentes.

A presente aquisição possui caráter pontual, não havendo previsão de contratações recorrentes que justifiquem a adoção do SRP.

Quanto ao princípio da padronização, os itens encontram-se devidamente especificados no Termo de Referência, inexistindo catálogo interno aplicável ao caso.

VI – DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor será realizada por meio de Dispensa Eletrônica no sistema Compras.gov.br, assegurando ampla divulgação e participação dos interessados.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, observadas as exigências técnicas constantes do Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE

VII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nos termos do art. 95, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, admite-se a substituição do contrato por instrumento equivalente.

Considerando o valor estimado da contratação, esta será formalizada por meio de Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

VIII – DA PUBLICAÇÃO

Conforme dispõe o art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a contratação direta somente produzirá efeitos após a publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

IX – DO ATO DE AUTORIZAÇÃO

Diante do exposto, considerando a demonstração da necessidade da contratação, o enquadramento legal no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e a regular instrução processual, submete-se o presente processo à apreciação da autoridade competente para fins de autorização da dispensa de licitação e consequente contratação.